



COMPROMISSOS DA FASE CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DO CLIMA E PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA

FASE

Brasil/Setembro 2009

Em dezembro próximo será realizada a COP 15 (Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), em Copenhague, onde se espera que os governos estabeleçam acordos e compromissos que evitem um recrudescimento ainda maior da crise climática. Organizações e movimentos sociais nos planos global, nacional e local estão se mobilizando para que os compromissos assumidos sejam condizentes com a urgência desta crise, que recai de forma mais dramática sobre as populações excluídas.

As mudanças climáticas e a mercantilização do clima estão afetando diretamente os grupos sociais com quem a FASE atua no enfrentamento e na proposição de alternativas ao insustentável e desigual modelo de produção, distribuição e consumo. Nas periferias urbanas e nos territórios em disputa contra o agronegócio os efeitos da mudança do clima atingem principalmente os grupos sociais urbanos vulnerabilizados, que vivem em moradias precárias e sem acesso a serviços de saneamento, os povos tradicionais, camponeses e agricultores e agricultoras familiares, sem terras e extrativistas.

De fato, as fortes alterações no regime de chuvas, as enchentes e deslizamentos em periferias urbanas e áreas rurais, a semi-aridização de partes da Mata Atlântica e do Cerrado, o aumento da desertificação em áreas do Nordeste, a sucessão de secas no Sul, compõem um cenário de emergência social e ambiental.

As mudanças climáticas são o resultado de um modo de produção, distribuição e consumo baseado na exploração intensiva dos recursos naturais, que considera a natureza e os bens comuns - água, terra, ar, sementes - como recursos a serem infinitamente explorados e privatizados. A crise do clima no mundo não é uniforme. Afeta mais os países do Sul do que os do Norte, responsáveis por 80% das emissões de gases do efeito estufa (GEE), provenientes em sua maioria da queima dos combustíveis fósseis. E nos países do Sul, afeta mais intensa e diretamente os grupos sociais que menos emitem os gases do efeito estufa porque menos consomem, e que mais protegem as florestas e os sistemas hídrico e climático.

Nesse sentido, a Justiça Climática – princípio que estabelece que o peso dos ajustes à crise climática deve ser suportado por aqueles que historicamente foram responsáveis pela sua origem e não pelos que menos contribuíram e que são as principais e potenciais vítimas das mudanças climáticas – indica um caminho de intervenção

estratégica da FASE: a crise do clima reclama por alternativas ao modelo de desenvolvimento global, que enfrentem as desigualdades econômicas, sociais, ambientais, o desequilíbrio Norte-Sul, as desigualdades no interior dos países, e que garantam o direito a padrões dignos de consumo à maioria excluída do acesso à energia e outros bens essenciais.

A FASE discorda das supostas “soluções” ao problema climático, estabelecidas a partir dos compromissos - muito aquém do necessário – firmados no Protocolo de Quioto, bem como das políticas e programas dos Bancos e Instituições Financeiras Multilaterais que seguem o *lobby* das grandes corporações transnacionais. As pírias metas de redução de emissões de CO₂, os instrumentos financeiros, jurídicos e políticos das propostas compensatórias, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), merecem maior questionamento na sociedade brasileira, notadamente junto aos povos, populações e regiões mais vulneráveis às consequências das mudanças climáticas.

O mercado de carbono, como propaganda de solução para a crise climática, desvia o foco das principais e urgentes ações de mudança de paradigma em relação ao modelo de desenvolvimento vigente nas sociedades industriais do Norte e reproduzido pelas elites do Sul; e retarda as mudanças estruturais nos padrões de produção, distribuição e consumo global. Os projetos de MDL em curso ou em negociação reforçam o mesmo modelo excludente, continuando a sacrificar populações para a instalação de pequenas centrais hidrelétricas, plantações de árvores, entre outros, mas desta vez em nome do meio ambiente. Os problemas climáticos não serão resolvidos apenas pela adoção de medidas técnicas e tecnológicas, nem por soluções propostas pelos principais causadores do aquecimento global.

É preocupante o fato do Brasil estar entre os primeiros países no ranking internacional de projetos para o mercado de carbono, ao mesmo tempo em que é o país que mais emite por causa do desmatamento e da queima de florestas e de vegetação, o que torna ainda mais urgente tanto a crítica organizada da sociedade, quanto a execução de medidas concretas que alterem o modelo de desenvolvimento.

É preciso enfatizar a responsabilidade do Norte pela grande maioria das emissões de CO₂ e que, portanto, o enfrentamento da crise do clima passa fundamentalmente por mudanças nestes países. No entanto, isso não significa que devemos deixar de apontar a responsabilidade do Brasil nas emissões causadas pelo modelo de desenvolvimento vigente, que devora florestas e recursos naturais. Para manterem as emissões de GEE e o modelo do sobre-consumo, através do mercado de carbono, os Estados e corporações incentivam os plantios homogêneos de eucalipto, a ampliação do monocultivo da cana de açúcar para etanol, a construção de grandes hidrelétricas, a regularização de terras de grileiros, bem como a energia nuclear, que apenas aprofundam a posição subordinada e as desigualdades sócio-ambientais do Sul, comprometendo inclusive a segurança alimentar. Sem falar das indústrias eletro e hidro intensivas de siderurgia, do alumínio e da petroquímica, transferidas para países do “Sul”, e que mascaram assim reais emissões de GEE feitas para perpetuar os padrões de consumo vigentes. É esse modelo que os sucessivos governos adotaram no Brasil, sendo responsáveis, portanto, junto com a grande maioria dos setores produtivos, pelo atraso do país em enfrentar a crise climática.

A FASE, em diferentes dimensões e regiões, está engajada em várias ações de enfrentamento das injustiças ambientais e climáticas e na popularização das

experiências democráticas e sustentáveis promovidas pelas populações do campo e da cidade, e pelos povos da floresta. Exemplos concretos são a promoção da agroecologia e o fortalecimento da agricultura familiar; a formulação de propostas de políticas públicas que reconheçam e valorizem as atividades produtivas das comunidades tradicionais; as diversas lutas de movimentos sociais urbanos pela reforma urbana, pelo direito a cidade, pela melhoria das moradias, do transporte coletivo e do saneamento.

A noção de bens comuns deve ser resgatada. Ao manejar de maneira sustentável suas propriedades, suas posses e seus territórios, camponeses, extrativistas, quilombolas e povos indígenas cuidam do bem comum. É dever da sociedade e do Estado reconhecer a importância e o trabalho desses grupos sociais na preservação do meio ambiente, apoiar e viabilizar políticas públicas de reconhecimento desse papel. Essas políticas devem se traduzir em apoio financeiro para assegurar as atividades sócio-produtivas - tais como manejo florestal comunitário, pesca artesanal, manejo dos recursos aquáticos, agro-floresta, plano de uso etc - que garantem a reprodução sócio-cultural da comunidade e a preservação dos recursos naturais, em detrimento de atividades que, além de não assegurar a sobrevivência e a reprodução desses grupos sociais, destroem o meio ambiente. Questionamos, porém, a remuneração pelo mercado de grupos sociais que prestariam “serviços ambientais”, pois significaria associar esses grupos a estratégias de mercado estranhas a sua vivência, em condições de desigualdade e subordinação às estratégias empresariais.

Sobre a contribuição da FASE para o enfrentamento das mudanças climáticas

Há quase cinco décadas, a FASE se encontra em processo permanente de construção e de acumulação em diversos temas nos territórios em que atua, por meio da parceria com as populações e grupos sociais, aperfeiçoando sua visão sobre desenvolvimento e se identificando com uma concepção sócio-ambiental. Neste sentido, a partir das suas práticas educativas desenvolvidas junto às populações, organizações e movimentos sociais parceiros, participou na Amazônia da construção de uma proposta de política pública denominada PRÓAMBIENTE apresentada durante o Grito da Amazônia 2000, que propõe um programa de desenvolvimento rural sócio-ambiental voltado à produção familiar rural agrícola, agroflorestal, extrativista, pesqueira artesanal, indígena e/ou outras formas de produção tradicional da Amazônia Legal.

Outra iniciativa é o Fundo Dema, criado em 2003, fruto da doação do MMA/IBAMA de seis mil toras de mogno extraídas ilegalmente, apreendidas na região de Altamira, Oeste do Pará. É um fundo permanente de financiamento de projetos de proteção ambiental, manejo florestal comunitário e ações de desenvolvimento sustentável e inclusão social. A FASE foi indicada por movimentos sociais da região como donatária do mogno recolhido para administrar o fundo, em parceria com a Fundação Viver, Produzir, Preservar (FVPP) e Prelazia do Xingu.

A FASE contribuiu por meio de seu Programa Regional Espírito Santo para a criação, em 2004, do Grupo de Durban para Justiça Climática, onde organizações de diversos países articulam críticas ao mercado de carbono e apóiam grupos locais de resistência. Além disso, a FASE é membro da rede Justiça Climática Já!, uma rede internacional criada durante a COP 13, em Bali 2007, que congrega atualmente mais de 180 organizações de todo o mundo que lutam em prol da justiça climática, e vem participando ativamente da preparação para as mobilizações durante a COP 15, em

Copenhague, dezembro 2009. No plano nacional, a FASE é membro do GT Clima do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS e está em diálogo com diversas organizações e movimentos sociais realizando capacitação, formação e articulação com vistas a ampliar o debate sobre justiça climática.

A trajetória da FASE reforça a convicção de que o enfrentamento da crise climática requer políticas públicas nacionais, regionais e internacionais que fortaleçam, no caso das áreas rurais, os sistemas agro-florestais, o manejo comunitário das florestas nativas, a agroecologia, a titulação das terras indígenas, quilombolas e de populações agroextrativistas, o reconhecimento social e econômico do papel, do trabalho e das atividades produtivas sustentáveis realizadas por comunidades rurais e tradicionais para a humanidade. Essas populações devem receber o apoio governamental necessário para tornar viável uma economia baseada no uso sustentável da floresta. As propostas em debate sobre REDD - Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação - devem ser norteadas por estes parâmetros e devem se ancorar e se viabilizar através de políticas e fundos públicos. Nas cidades, é preciso assegurar o acesso das maiorias excluídas a fontes de energia limpas e baratas; a moradias seguras; ao saneamento ambiental; aos planos de prevenção e enfrentamento de enchentes, com monitoramento permanente das áreas de risco; e a sistemas de transporte coletivo com energia limpa ancorados em planos de encurtamento das distâncias entre moradia e local de trabalho.

Nossas visões e propostas

Nesse sentido, a FASE se posiciona e trabalha com alguns conceitos que servem para guiar sua atuação na discussão sobre clima:

- A justiça e a dívida climáticas devem entrar como princípios na negociação internacional sobre mudanças climáticas. Nesse sentido, a proposta do governo boliviano sobre dívida climática deve ser apoiada pelo governo brasileiro e entrar no acordo pós-2012, a ser negociado na COP 15 e além;
- A mudança no modelo de produção, distribuição e consumo deve ser o pano de fundo para qualquer negociação sobre mecanismos de enfrentamento das mudanças climáticas e políticas que visem este enfrentamento;
- As definições de mitigação e adaptação devem ter um tratamento conceitual mais coerente com a mudança de paradigma de modelo que queremos. Nesse sentido, é necessário um amplo debate sobre o que se entende por estes conceitos. As medidas de mitigação e adaptação aos efeitos do clima devem ir na direção contrária aos mecanismos de mercado e rumo a políticas públicas nacionais, regionais e internacionais que priorizem estratégias estruturais para a urgente redução das emissões e do sobre-consumo.
- As comunidades, populações tradicionais e grupos vitimizados devem ser sempre os principais beneficiários pelos fundos públicos e voluntários. E as políticas públicas e os acordos internacionais ambientais e climáticos devem ser orientados para essas populações e não para a preservação dos privilégios das elites. A FASE apóia a criação destes mecanismos desde que não atrelados ao mercado.

- A FASE vem formulando proposições que partem da noção de bens comuns, do combate ao desmatamento, articulados à necessidade de criação de um conjunto de fundos voluntários e de políticas públicas. Estas propostas se apóiam em nossas ações referentes à gestão territorial e constituição de territórios das populações e povos, práticas agroecológicas e agroflorestais, ações de transformação e comercialização de produtos, bem como a garantia da soberania e segurança alimentar.

- Em relação às negociações sobre REDD, a FASE manifesta sua preocupação quanto a possibilidade do mecanismo premiar quem mais desmatou; das florestas se tornarem apenas reservatórios de carbono e inviabilizarem o uso sustentável pelos povos da floresta; e pela estrutura que está sendo estabelecida não diferenciar florestas naturais ou recompostas perenes, de plantações homogêneas que serão abatidas em poucos anos. A FASE critica as propostas que relacionam qualquer medida ou fundo ao mercado de carbono, e a gestão por parte das Instituições Financeiras Multilaterais. A FASE espera que o governo brasileiro mantenha sua posição de não aceitar que REDD seja utilizado como compensação para a redução de emissões em outros países.

- A FASE conclama os países do Anexo I a assumirem metas de redução de emissões de CO₂ – de no mínimo 40% até 2020 e de 80% até 2050 - condizentes com a urgência da crise climática provocada por esses países, de forma que o patamar da espiral do aquecimento global fique restrito ao já preocupante aumento médio de 2º C. Conclama também os países em desenvolvimento, levando em conta o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas, a também assumirem compromissos com metas de redução de suas emissões haja vista que o enfrentamento real e efetivo do problema exige compromissos do conjunto dos países.

- O gasto de energia envolvido nos longos circuitos do comércio global de mercadorias é um importante fator de agravamento das mudanças climáticas, e esta é mais uma razão para seguirmos resistindo ao avanço dos monocultivos de soja, cana, eucalipto e outros, voltados para exportação. É preciso encurtar as distâncias entre produção e consumo de alimentos, investindo no fortalecimento dos mercados locais através do abastecimento alimentar das cidades pela agricultura familiar e camponesa. A segurança e soberania alimentar no campo e na cidade são, portanto, elemento central e constitutivo de nossa noção de Justiça Climática.

Por fim, a FASE entende que a segurança e soberania alimentar no campo e na cidade são elementos centrais e constitutivos da noção de Justiça Climática, que para ser conquistada é necessária a criação de um novo paradigma de desenvolvimento, democrático e ambientalmente sustentável, para o qual a FASE se compromete junto aos parceiros e redes com as quais atua.